

Teses ao 8º Congresso Estadual do PSOL Amazonas
“Um Psol do tamanho do Amazonas”

1- Análise da conjuntura Nacional: Por um PSOL Popular

2-Análise da conjuntura Estadual: Amazonas, um Estado rico com uma população pobre. Quem paga a conta?

3-Uma Cidade produto de um modelo artificial de desenvolvimento e de exclusão social

4-Natureza da produção do PIM

5-Os ricos moram em mansões, os pobres em palafitas: A alternativa é a construção de Condomínios Populares Autossustentáveis.

6-O dilema do transporte em Manaus: Os ricos andam em carros de luxo, os pobres em ônibus caindo aos pedaços. A saída é o metrô de superfície e o transporte fluvial urbano de massa.

7-Por um PSOL regional organizado

8- Um PSOL do tamanho do Amazonas

9-A reorganização partidária

Tese assinada pela tendência Revolução Solidária do Amazonas, pelas lideranças Ricardo Bessa, Elson Melo, Thomaz Barbosa e mais 102 militantes em todo o Amazonas.

1- Análise da conjuntura Nacional: Por um PSOL Popular

O PSOL está consolidado como uma alternativa de esquerda, combativa, socialista e democrática para milhares de lutadoras e lutadores sociais. Somos o partido da renovação da esquerda brasileira. Isso só foi possível porque não tivemos medo de tomar lado em momentos críticos da História recente do Brasil. Foi assim na

denúncia do golpe contra Dilma, na participação na campanha pela liberdade de Lula, no enfrentamento à criminalização da política promovida pela Lava Jato, na construção da resistência a Bolsonaro e na decisão Histórica de participação na frente eleitoral que venceu as eleições presidenciais de 2024. Sem perder sua identidade combativa e socialista, mas aberto à formação de alianças, o PSOL se conectou ao que há de melhor na luta popular, ambientalista, feminista, sindical, estudantil, antirracista e anti-lgbtqifóbica no Brasil e no mundo. Se frente aos momentos críticos que vivemos, tivessem prosperado posições sectárias e isolacionistas, o futuro do PSOL poderia estar comprometido. Por isso, essa é a tese que reivindica os acertos do nosso partido nos últimos anos. A tese daquelas e daqueles que se orgulham da campanha de Guilherme Boulos e Sônia Guajajara em 2018. A tese que defendeu o apoio a Lula desde o primeiro instante, garantindo um diálogo altivo com os demais partidos da frente. A tese que reivindica o governo popular de Belém e as lutas do MTST. Queremos construir um partido cada vez mais presente nas periferias, favelas, na Amazônia, no Nordeste, nas grandes cidades, nos interiores. Um PSOL com a cara do povo brasileiro! Um mundo em transformação

O Brasil e o mundo vivem um intenso processo de mudanças impulsionado pela aceleração das transformações do sistema capitalista. A reestruturação produtiva, que nas últimas décadas afetou principalmente a indústria, hoje se generaliza para o setor de serviços, destruindo empregos numa velocidade jamais vista. Milhões de trabalhadoras e trabalhadores perderam seus empregos e viram seus saberes se tornarem obsoletos, sendo empurrados para o trabalho precarizado fora de sua área de formação. Se este processo já era intenso nas funções industriais, neste caso também impulsionado pela ascensão da Ásia e em particular da China como a grande plataforma industrial do planeta, e pelo desmonte da frágil e embrionária política industrial brasileira centrada na engenharia civil pesada e na cadeia de valor de petróleo e gás, agora chegou com força ao setor de serviços. A automação bancária, com o fechamento de agências em larga escala e o trabalho terceirizado ao cliente via aplicativos, a automação do varejo com caixas eletrônicos de conferência e pagamento, a generalização do trabalho intelectual à distância com o consequente esvaziamento dos centros das cidades – impactando também os serviços nessas áreas, a uberização, com a redução do trabalho assalariado contínuo e sua substituição pela contratação de trabalho por demanda, são faces de um processo irreversível e com enormes consequências na organicidade social e no

processo político. Como em todo ciclo de inovação tecnológica, se abre uma disputa pela distribuição dos ganhos de produtividade dela decorrentes.

Tanto a primeira como a segunda Revolução Industrial tiveram como consequência a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, pelo direito ao descanso semanal remunerado, pelo direito a férias e reconhecimento previdenciário. O atual ciclo tem se caracterizado até aqui por profundas derrotas para as classes trabalhadoras que viram seus direitos previdenciários reduzidos, seus direitos trabalhistas relativizados e milhões de trabalhadores caindo na informalidade e no trabalho precarizado, sem direitos sociais e impelidos a jornadas de semelhantes àquelas verificadas no início do século XIX. A consequência disso é a ampliação da desigualdade entre o 0,5% mais rico e o restante da sociedade. Este é um fenômeno global, embora com velocidades e capacidades de resistência diferentes conforme o país e as tradições de luta e organização dos trabalhadores. Os povos resistem. Em 2023, a quebra do banco Lehman Brothers completa quinze anos. É uma década e meia da maior crise do capitalismo desde o crash de 1929. Desde então, vimos a ampliação da resistência popular, dos conflitos, a ascensão de forças políticas de extrema direita e a crise das tradicionais forças de esquerda social-liberais em muitos países. Podemos dizer que há um fio condutor entre as revoltas no mundo árabe do início da década passada, as jornadas de junho de 2013 no Brasil, o movimento dos “indignados” na Espanha, os levantes estudantis no México e Estados Unidos, os movimentos de contestação à ordem na Colômbia e Equador, o levante feminista na Argentina, os coletes amarelos na França e a explosão social de 2019 no Chile.

Estes processos de resistência têm por característica a heterogeneidade e ausência de lideranças claras, o questionamento aos limites da democracia liberal, bem como a permanente disputa de hegemonia entre a esquerda e a extrema direita. Na prática, o que está em jogo é o ciclo político que se iniciou após a crise de 2008 e cujo destino ainda é incerto. É neste cenário que a extrema direita, depois de décadas de existência política marginal, volta a ter protagonismo e a vencer eleições. Este fenômeno não seria possível sem que milhões de trabalhadores se sentissem mobilizados pelas ideias radicais do neofascismo, sua retórica antissistema e a disseminação de ódio aos “culpados da vez”. Se na década de 1930, na Alemanha nazista, os inimigos foram os judeus, comunistas, LGBTs e outras minorias, levando ao genocídio de judeus e do povo Roma (repetindo os antecedentes do genocídio de 1908 na África Ocidental Alemã), hoje são ainda os comunistas e LGBTs, mas também o povo negro, os imigrantes, os povos originários e as mulheres. A

característica autônoma e individual do trabalho precário onde vigora com frequência a concorrência de todos contra todos, a ausência de vínculos coletivos e de compartilhamento de identidades, sobre a qual atuam os aparatos burgueses de formação de opinião dificultam a formação de consciência de classe.

A percepção do Estado não mais como garantidor de direitos, mas como Leviatã que fiscaliza, controla, pune e saqueia através da cobrança de impostos, facilita a aderência da retórica liberal antiestatal e torna a tarefa da esquerda mais difícil. No contexto do racismo estrutural brasileiro, a ausência de emprego também é atravessada pela questão racial. Dos quase 12 milhões de desempregados, 64,2% eram pretos e pardos, enquanto os brancos representavam 34,8% segundo a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, realizada no primeiro trimestre de 2022. Do total de desempregados, 6,5 milhões são mulheres e 5,4 milhões homens, ou seja, são das mulheres negras as mais atingidas pelo desemprego no Brasil. No Brasil esse processo fica claro ao analisarmos o perfil da votação de Bolsonaro, que venceu com larga vantagem em todo o cinturão do desmatamento da Amazônia (sul do Pará e do Amazonas, Rondônia, Acre e Mato Grosso) bem como na maioria das capitais, demonstrando forte penetração junto às classes trabalhadoras urbanas. Seu discurso de “liberdade” tinha como tradução a liberdade de seguir oprimindo mulheres, negros e negras, LGBT+; de desmatar; de minerar em terras indígenas, de não ter suas terras fiscalizadas por órgãos ambientais. Tinha como tradução a rejeição ao Estado por milhões de trabalhadores autônomos que veem no Estado o “rapa” que persegue camelôs, a fiscalização do Ministério do Trabalho ou da Vigilância Sanitária nos bares da periferia, a fiscalização aos taxistas e motoristas de aplicativos, às pequenas confecções de fundo de quintal ou às cozinhas caseiras que vendem marmitas via plataformas digitais. A extrema direita, ao ocupar o espaço simbólico da contestação ao sistema, embora seja ela própria a expressão contemporânea mais acabada desse mesmo sistema, empurrou parte da esquerda para a incômoda condição de defensora do status quo. Na França a contestação às reformas neoliberais de Macron são disputadas pela reacionária Frente Nacional e pela esquerda radical, representada pela França Insubmissa. No Chile, superado o impulso inicial do estallido social que levou à esquerda a eleger com folgada maioria na Constituinte e levar Gabriel Boric à presidência, é a extrema direita que retoma terreno. Também em países como Espanha, com o Vox, e Portugal, com o Chega! Argentina, com Javier Milei, e Paraguai, com o expressivo desempenho

eleitoral de Paraguayo Cubas, são as forças da reação que avançam. Em todos estes casos ocupam o espaço simbólico da rejeição radical ao sistema.

No Brasil, Bolsonaro aproveitou-se da crise política aberta a partir de 2015 para constituir-se como alternativa. Apesar de ser um parlamentar medíocre, ele conseguiu apresentar-se como um “outsider” e se conectou com o sentimento de parte do povo brasileiro. A operação Lava Jato – lamentavelmente defendida, à época, por um setor do PSOL – foi um instrumento decisivo para colocar todo o sistema político em xeque e pavimentar o caminho para a extrema direita. A disseminação do pânico moral através de preconceitos contra a população LGBTQIA+, negras e negros, indígenas; um discurso duro contra a criminalidade urbana, a prisão e cassação ilegal da candidatura de Lula e o uso em massa de fake News, criaram as condições para uma vitória da extrema direita em 2018. O PSOL Popular junto aos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+. Países de todo o mundo têm apresentado reações contrárias aos avanços das políticas de igualdade de gênero, racial e das que tratam da diversidade sexual. E, isso tem uma proporção específica na América Latina, principalmente com o avanço do conservadorismo. No Brasil, esse elemento fica bastante perceptível pela forte atuação das bancadas fundamentalistas nas casas legislativas. Cristãos conservadores ocupam cada vez mais cargos políticos para fazer a disputa de narrativa e atentar contra os direitos humanos. A ofensiva contra essas maiorias sociais (porém minorias políticas) se soma no Brasil ao massacre dos povos originários e às tentativas de flexibilizar a legislação de proteção aos indígenas e sobre a demarcação de seus territórios, por meio do marco temporal. O racismo, o colonialismo, a opressão contra mulheres, LGBT+ e indígenas fizeram (e fazem) parte do processo de constituição do capitalismo, que se forja no Brasil de forma dependente, intensificando a divisão sexual, a superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. O processo de escravização, estrutural para consolidar o capitalismo brasileiro, ecoa até os dias atuais através da desigualdade social, ambiental, sanitária, econômica, do uso do aparelho penal e repressivo do Estado e da perseguição das religiões de matrizes africanas. Defendemos que o PSOL deve continuar colocando a luta antirracista como ponto central de sua atuação, através de ações afirmativas para negritude, de projetos voltados à geração de emprego e renda e da promoção de políticas voltadas à juventude negra viva. Além de continuarmos avançando na participação e formação de novas lideranças negras e novos espaços para a negritude no partido.

O PSOL Popular também é um PSOL Negro! A alternativa deve ser global. É preciso disputar o cansaço de amplos setores sociais a um sistema político incapaz de mostrar saídas e estimular formas de organização popular que retomem o sentido comunitário de solidariedade. Em outras palavras, cabe à esquerda, neste período complexo, a tarefa de defender a política contra sua derrocada pela extrema direita e ao mesmo tempo se apresentar, ela própria, como a alternativa antissistema. Não há como compreender a capacidade da extrema direita de se constituir em alternativa de poder sem aceitar que isso ocorre porque parcelas significativas das classes trabalhadoras se sentem representadas por suas posições. Disputar essas parcelas é essencial e, para tal, a esquerda não pode abdicar de ser a portadora de uma agenda de mudanças estruturais. A defesa abstrata da democracia não tem qualquer significado nessa disputa se “democracia” não for entendido como ampliação de direitos. Se os aparatos historicamente construídos pela esquerda, como os sindicatos por exemplo, perdem capacidade de interlocução com estas parcelas das classes trabalhadoras, novos movimentos se fortalecem dialogando com novos sentidos de pertencimento.

Os movimentos de mulheres, negras e negros, LGBTQIA +, povos indígenas, movimentos de luta urbana por moradia e transporte, ganharam protagonismo e capacidade de disputa política e ideológica nos últimos anos. Fortalecer a organicidade e espaços coletivos do trabalho precarizado buscando construir lógicas de solidariedade e pertencimento, ressignificar sua visão do Estado, apresentar uma agenda renovada de esquerda que coloque temas centrais como o combate à crise climática, a defesa dos direitos humanos, uma radical democratização do Estado e suas instituições, dentre outras, serão tarefas essenciais para a esquerda conseguir deslocar estes setores da órbita da extrema direita. Mais do que nunca a luta política deve ser entendida numa escala global. Articular as forças da esquerda radical em particular na América Latina, buscando constituir um campo político renovado com capacidade de dialogar com as novas realidades, defendendo as liberdades democráticas das ameaças do fascismo, mas sem perder seu papel como porta-voz de mudanças estruturais e de enfrentamento claro ao imperialismo, são desafios que o PSOL deverá continuar enfrentando. Um Brasil em reconstrução em que Lula venceu a eleição liderando uma coalizão social minoritária em torno das classes trabalhadoras assalariadas. Mas só venceu porque a tragédia produzida por Bolsonaro durante a pandemia e na gestão da política econômica, aprofundaram as divisões entre as frações das classes dominantes, fazendo com que

uma parte da grande burguesia apoiasse Lula com seus aparatos. A eleição de Lula foi uma vitória essencial que interrompe o desmonte praticado pela extrema direita, mas não significa o fim desta disputa.

A agenda política e a correlação de forças se deslocaram muito para a direita desde o golpe contra Dilma. A situação da esquerda ainda é de defensiva com a forte penetração do ideário reacionário na sociedade e nas suas representações políticas. Hoje não há dúvida de que a força hegemônica na direita é o bolsonarismo, suplantando de vez a antiga liderança demo-tucana, em franca decadência. Por isso, subestimar a ameaça da extrema direita seria um erro grave, bem como sobrevalorizar o significado da vitória eleitoral apertada de Lula em 2022. A correlação de forças de 2023 é muito mais desfavorável em comparação com 2003, quando Lula venceu pela primeira vez as eleições presidenciais. Se este cenário não pode ser ignorado, por outro lado, esta relação de forças não é estática, nem imutável. Travar a disputa de valores, usar o aparelho do Estado para organizar o conflito político mobilizando a sua base social, seria o melhor caminho para garantir maior governabilidade a Lula, no médio prazo. Lula repete características de seus governos anteriores, governando dentro dos limites da correlação de forças dada e dos acordos parlamentares possíveis. É uma aposta para a qual o governo ainda não produziu alternativas. Nestas condições, sequer a hipótese de repetir o melhor de seus governos anteriores está dada, em função de um regramento fiscal muito mais duro que o vigente de 2003 a 2016, limitando a capacidade de gastos e investimentos do setor público. Se a revogação do Teto de Gastos era um imperativo já com largo consenso, o Novo Arcabouço Fiscal expressa uma visão conservadora da gestão das contas públicas. O mercado apoiou as novas regras fiscais. Por detrás da falsa preocupação com a “sustentabilidade da Dívida Pública” que a burguesia sabe ser sustentável por definição, está a tentativa de estrangular o governo Lula. O pacto de governabilidade expresso em torno das regras fiscais garante os gastos sociais compensatórios (Bolsa Família, aumento do Salário Mínimo, Minha Casa Minha Vida) essenciais para evitar a crise social, mas impede maior protagonismo do Estado na ampliação de infraestruturas e no redirecionamento do processo produtivo.

Percebendo as dificuldades do governo e suas divisões internas – que se tornaram públicas no conflito entre Ibama e Petrobrás em torno da possibilidade de exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira – Lira e o Centrão partiram para a ofensiva. Além da aprovação das novas regras fiscais com apoio de quase toda a base governista (as exceções foram PSOL e Rede Sustentabilidade), a

Câmara dos Deputados votou a urgência do PL 490, que cria o famigerado Marco Temporal e “congela” a demarcação de terras indígenas, alterou atribuições ministeriais na votação da MP 1054, esvaziando os ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas, e flexibilizou regras para o desmatamento da Mata Atlântica. A ofensiva conservadora sobre as leis ambientais gerou uma reação instantânea de cobrança da base social mais à esquerda do governo. A reação, no entanto, foi tímida. Até aqui a opção tem sido pela governabilidade a qualquer custo. Lutar para que o governo Lula dê certo. Essa opção, no entanto, é preocupante. Se aceitar o “semi-presidencialismo” imposto pelo Congresso Nacional, Lula não poderá aplicar o programa eleito nas urnas e poderá alimentar a frustração e o ceticismo, pavimentando o caminho para a volta do bolsonarismo.

Por isso é preciso estimular um processo de pressão social em favor do programa eleito pela maioria em 2022. Temas centrais desse programa não têm apoio do Congresso, como a reforma tributária progressiva, a demarcação de terras indígenas, a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, entre outros. Por isso é preciso pensar uma “governabilidade à quente” com forte mobilização popular. Os quatro anos de experiência com o governo Bolsonaro, as condições dramáticas da vitória de Lula no segundo turno e a turbulenta transição com permanentes ameaças golpistas culminando com o levante fascista de 8 de janeiro, reforçaram o sentimento de coesão em torno do governo por parte da base social da esquerda em geral e do próprio PSOL. O espaço para a construção de alternativas neste período está temporariamente interditado. Por isso, a tarefa do PSOL deverá estar orientada a viabilizar o governo Lula, única trincheira viável para impedir o retorno da extrema direita ao poder em 2026. Este imperativo, no entanto, não torna o caminho do PSOL fácil. As limitações objetivas e subjetivas deste governo, determinarão uma relação com o governo de solidariedade ativa sem alinhamento automático, como já se evidenciou em algumas votações no Congresso Nacional. Com frequência o PSOL será confrontado com escolhas difíceis onde os limites das mediações possíveis em nome da solidariedade ao governo serão de difícil execução. Mas o interesse da classe trabalhadora deve estar sempre em primeiro plano em detrimento de demarcações autoproclamatórias.

O PSOL deve seguir ocupando o espaço de ala esquerda da base do governo Lula, de força política a ser ouvida nas negociações de mérito dos projetos do Executivo, sem deixar de expressar dissenso sempre que isso se impuser. Em outras palavras, lutaremos para que o programa eleito nas urnas seja cumprido,

buscando formar alianças com setores da classe trabalhadora para esse fim, mesmo que eventualmente isso nos coloque em contradição com posições definidas pelo próprio governo. As eleições de 2024 no novo ciclo político inaugurado com a eleição de Lula, a disputa municipal de 2024 será um teste importante para aferir a relação de forças com a direita liberal e a extrema direita, mas serão também um teste importante para o PSOL se afirmar como partido vocacionado para a disputa de poder. Manter a prefeitura de Belém com o companheiro Edmilson Rodrigues, e disputar com protagonismo outras capitais, entre elas São Paulo com Guilherme Boulos, onde as chances de vitória são bastante significativas, são tarefas essenciais para superar a fase de partido parlamentar. Derrotar a extrema direita nas disputas municipais deve ser o objetivo central do PSOL, mas consolidar referências à esquerda dentro do campo democrático, com a busca da unidade das forças de esquerda e centro-esquerda nos primeiros turnos das eleições também deve nortear as nossas escolhas. Conceber uma política de alianças mais ampla que mantenha a hegemonia de um projeto popular e de esquerda melhorarão as condições de governabilidade e de sustentabilidade parlamentar dos nossos governos.

Usaremos as disputas municipais para construir uma agenda de ampliação de direitos para os trabalhadores precarizados, reforçando lideranças com capacidade simbólica de dialogar com as periferias, especialmente mulheres, negras e negros, indígenas e LGBTQIA+ reafirmando o papel do PSOL como alternativa política antissistema. Um PSOL mais forte e preparado É preciso reconhecer que nos últimos anos o PSOL deu passos firmes nessa direção. Na última atualização da Justiça Eleitoral somamos mais de 70 mil novos filiados – o maior crescimento da História do partido – e temos uma bancada combativa, diversa e representativa na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Na Câmara temos a maior bancada da História, resultado direto das opções táticas que fizemos nos últimos anos. É forçoso admitir que se tivessem sido vitoriosas as táticas do “Fora Todos”, “Viva a Lava Jato” ou candidatura própria, o PSOL hoje ocuparia um papel marginal na política brasileira. Na última gestão, iniciada no VI Congresso Nacional, consolidamos a política de unidade das esquerdas, com o fortalecimento do fórum dos partidos progressistas. Dialogamos de igual para igual com os demais partidos e ocupamos, com nosso companheiro Juliano Medeiros, um papel de destaque na coordenação de campanha de Lula. Além disso, estreitamos as relações entre a direção nacional e nossos dirigentes estaduais através do projeto “PSOL pelo Brasil”

que levou representantes da Executiva Nacional aos 27 estados da federação em menos de seis meses.

Com a iniciativa “Direito ao Futuro” o PSOL abriu um amplo debate com setores sociais que buscavam fortalecer propostas de esquerda para a reconstrução do País. Nossa Fundação Lauro Campos-Marielle Franco voltou a ser um espaço de elaboração aberto à militância. E a I Conferência da Amazônia foi um marco no processo de compreensão do PSOL em relação ao papel da região na construção de um projeto democrático, soberano e ecossocialista para o Brasil. Infelizmente, setores da minoria boicotaram boa parte dessas iniciativas, o que não impediu que elas fossem bem-sucedidas. A Federação PSOL/Rede, ao contrário do que muitos temiam, não ameaçou em nada a identidade política do PSOL e mostrou-se um acerto que trouxe ganhos políticos e eleitorais para nosso partido. A eleição do deputado mais votado da esquerda brasileira – nosso companheiro Guilherme Boulos, com mais de 1 milhão de votos – e a eleição da “bancada do cocar” com Sônia Guajajara e Célia Xakriabá também são expressão do acerto da política do PSOL. O convite para que Sônia compusesse o ministério de Lula, embora não tenha sido dirigido ao partido, é um reconhecimento da importância da luta indígena para nós. Isso vale também para a decisão do governo de apoiar a realização da Conferência das Nações Unidas (COP-30) em Belém, governada pelo PSOL.

Podemos mais! Esses avanços são inegáveis e fazem parte do esforço conjunto das forças políticas que assinam essa tese e de todas as que compõem o bloco “PSOL de Todas as Lutas”. Mas podemos ir além. Reconhecer que nosso partido está mais forte, mais enraizado, mais estável e mais maduro, não significa dizer que ele está pronto para os enormes desafios que temos diante de nós. Por isso é preciso apontar limites e soluções. Entre os limites mais evidentes está a manutenção de certa dinâmica fracional, segundo a qual as forças minoritárias não se sentem responsáveis pela direção partidária e pelas políticas aprovadas pela maioria, quando não afrontam abertamente as posições partidárias com iniciativas isoladas e feitas à revelia do debate coletivo. Além disso, carecemos de debates para a produção de sínteses, que ainda são muito dependentes da boa vontade e disposição das tendências internas. A Conferência da Amazônia, quando setores do partido optaram pela demarcação política à formulação coletiva de uma tática para enfrentar os desafios da região, é um bom exemplo desse diagnóstico. Apesar dos esforços da Fundação Lauro Campos-Marielle Franco, os espaços de formulação ainda são esvaziados por parte de algumas forças partidárias, que preferem manter suas

próprias escolas de formação e formulações políticas. Isso faz com que espaços coletivos se tornem insalubres para militantes de base que estão se aproximando do partido, já que não raro o encontro de posições divergentes vem acompanhado da simples demarcação e hostilidade entre filiados. Precisamos também reforçar a presença do PSOL e das visões de esquerda nas redes sociais, um espaço crucial para a difusão de ideias e mobilização popular, defendendo a difusão de software livre, da soberania nacional sobre as infraestruturas de comunicação, e do amplo acesso da população a essas tecnologias através da inclusão digital. Em relação ao trabalho parlamentar, é possível aproximar mais nossos mandatos das direções partidárias, aprofundando a possibilidade de sínteses. Temos a bancada mais aguerrida da Câmara dos Deputados – e o mesmo acontece na maioria dos espaços que ocupamos – mas enfrentamos sazonalmente um afastamento entre direção e parlamentares. Essa é uma responsabilidade principalmente dos dirigentes partidários que pode ser superada. Nosso partido necessita de atualizações na sua base programática. O Brasil de 2004, quando o PSOL surgiu, já não existe mais. Precisamos de um programa com premissas e compromissos menos conjunturais.

Também é necessário que tenhamos como prioridade o desafio de modernizar e dinamizar mais a organização e estruturação partidária, com mais transparência, ampliação da democracia interna e movimentação das bases para além dos momentos de eleições internas do partido ou eleições externas. Por isso defendemos que em 2025, o PSOL realize uma conferência que debata e atualize o nosso programa, a partir das bases programáticas sistematizadas no Direito ao Futuro – documento robusto construído em 2022 em parceria com a FLCMF - bem como também debate e atualize o Estatuto do partido, com o espírito de tornar o PSOL um partido cada vez mais preparado para os desafios do hoje e do amanhã. A utilização de grupos de mensagens instantâneas sem dúvida trouxe agilidade às instâncias partidárias. Sabemos que esses instrumentos não podem substituir os núcleos de base, setoriais e/ou espaços de direção. Porém precisamos prever e desenvolver variadas formas de participação, ampliando o sentimento de responsabilidade e pertencimento do conjunto dos filiados. Para isso propomos a incorporação de consultas diretas aos filiados e filiadas, estabelecendo mecanismos transparentes e participativos. Para tornar o PSOL mais democrático, devemos olhar com mais atenção aos diretórios regionais e municipais de fora do eixo Sul-Sudeste. Não é razoável que um partido que queira ser alternativa de poder para o povo brasileiro tenha seus parlamentares federais concentrados em apenas quatro estados, como

hoje acontece. Defendemos a elaboração e aprovação de um plano de crescimento do PSOL no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões fundamentais no enfrentamento às forças conservadoras que sustentam o bolsonarismo. Nos últimos dois anos, nossa Fundação avançou muito com cursos virtuais, acessíveis, com temas da atualidade e periodicidade, através de uma plataforma virtual, bem como consolidamos o primeiro curso de especialização, através de convenio com a UERJ, além de cursos para a direção partidária.

Inauguramos uma robusta biblioteca de literatura periférica em parceria com editoras e escritores das periferias do Brasil. Inauguramos o primeiro centro de memória do partido, físico e virtual, construímos uma pesquisa profunda que consolidou o caderno REVOGAÇÃO, apontando várias medidas possíveis de serem revogadas pelo novo governo Lula. Inauguramos o NAPE – Núcleo de Análise, Pesquisas e Estudos –, além de manter viva a memória de Marielle Franco com uma belíssima exposição de sua vida e legado político. Porém, ainda há muito que se fazer para que a Fundação cumpra sua vocação. Propomos que seja feita uma atualização no Estatuto da Fundação, na primeira reunião do Diretório Nacional, com objetivo de ampliar a equipe com dedicação para esta tarefa, bem como fortalecer esse instrumento. Por fim, mas não menos importante, queremos setoriais ativos e democráticos. O modelo do setorial de mulheres, do qual participam todas as forças internas de forma transparente e proporcional ao peso de cada setor, deve ser reproduzido em outros setoriais. Não é possível que esses espaços tão importantes sejam transformados em “feudos” de grupos minoritários para a reprodução de ataques à direção partidária, como aconteceu no passado. Para isso defendemos a criação de um regimento nacional para os setoriais, estimulando a criação de espaços para a juventude, comunicação, saúde, negros e negras, Tecnologia, Economia, LGBTQIA+, dentre outros. O PSOL pode ser mais forte e mais democrático. Para isso, precisamos de mudanças que superem o espírito de fração que alguns grupos insistem em reproduzir. O PSOL só será útil ao povo brasileiro na medida em que estiver em condições de defender com firmeza e unidade suas posições. O PSOL pode mais!

2. Conjuntura Local - Amazonas: um Estado rico com uma população pobre. Quem paga a conta?

A tese “Por um Psol do tamanho do Amazonas”, de caráter nacional, recebe a subscrição da tendência Revolução Solidária no Amazonas. À essa tese, se incorpora

um texto de análise de conjuntura local, produzido por integrantes dessa fração, constituindo um texto mais amplo. Com uma população próxima de 4 milhões de habitantes (prévia Censo IBGE-2022), o Amazonas vive, hoje, um dos piores momentos da sua História social e econômica resultante dos reflexos da política implementada pelo governo Bolsonaro no País, nos quatro últimos anos, e agravadas por ações nefastas do governo Estadual e dos prefeitos dos municípios amazonenses, a ele aliados. As consequências penosas desses governos, têm recaído sobre os setores mais pobres da população, que são aqueles que pagam a conta: inflação acumulada de 26,93% (entre 2019 e 2022); taxa de juros de 13,75% (2022); taxa de desemprego de 12,8% - IBGE, 2022), milhares pessoas subempregadas, e um déficit habitacional de 25 mil imóveis/ano (Censo do Setor de Construção Civil de Manaus), o que leva alguns setores mais pobres da população a viver na rua ou em submoradias. Paralelo a essa situação, existe uma camada da população em Manaus, com poder de consumo equivalente aos mais altos do Brasil. Isto ocorre em um cenário econômico de contradições, em que Manaus se situa em 5º lugar do rank dos maiores PIBs entre as capitais brasileiras, com uma arrecadação de superior a 100 milhões de reais. Dessa forma, vemos Manaus se configurar como uma Cidade de dupla identidade social: Uma Manaus dos ricos e outra Manaus dos pobres.

Para reverter esse quadro e diante de um contexto eleitoral e político bastante contraditório, o PSOL, no Amazonas, chama para si a responsabilidade de apresentar uma alternativa de administração voltada para as camadas mais desassistidas da população, indicando candidatos, em todos os níveis, nos municípios do Estado, às próximas eleições, de modo a que não ocorra como nas últimas eleições nacionais, quando a população brasileira optou por eleger um Presidente (Lula), com perfil social progressista (numa aliança com partidos de esquerda e centro direita) e um parlamento conservador (com maioria de centro de direita), permeado por um pequeno número de parlamentares de esquerda e centro esquerda. Essa realidade obrigou Lula a constituir seu governo com alguns ministros de direita, fazendo concessões políticas ao bloco fisiológico do Centrão, na tentativa de negociar a aprovação de algumas pautas de interesses populares.

Nessa conjuntura política adversa, vemos surgir o crescimento da bancada do Psol no parlamento nacional, cujo resultado eleitoral elevou o número de deputados federais da bancada para 12, conferindo um crescimento proporcional dos mais

significativos, além de projetar Guilherme Boulos (Psol-São Paulo) como o segundo mais votado para a Câmara Federal em todo o País (1.001.453 votos),

A exemplo do que ocorreu em outras unidades da federação, propomos o lançamento de candidaturas para prefeito de Manaus e de algumas cidades onde o PSOL tenha possibilidades de eleger candidatos próprios, com programas voltados para a reconstrução desses municípios, em sintonia com a política nacional de inversão social do Governo Lula: “colocando o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda”. Uma eventual conquista do poder municipal pelo PSOL, no entanto, passa por um processo incessante de alianças com partidos de esquerda e de centro, onde a feitura de um programa voltado para o social, constitui as premissas para a consolidação dessas alianças. No caso onde o PSOL não tenha qualquer chance de vitória com candidaturas próprias, convém apoiar candidatos de partidos progressistas em uma aliança com a assunção de vice prefeito. Para atingir esses objetivos, é importante que o PSOL desde já realize, em todos os municípios, pesquisas para avaliar suas reais possibilidades de adequação nesse processo e, posteriormente, abra debates nos municípios para discutir estratégias e formas de participação na composição de chapas eleitorais.

Para ilustrar nossa fundamentação, vivemos no segundo estado da federação com a maior porcentagem de pessoas em situação de pobreza. O levantamento é do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), foi feito com base em dados de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Maranhão apresenta os maiores indicadores: seis a cada dez maranhenses vivem na pobreza. Em segundo lugar está o estado do Amazonas, com 56,7% da população vivendo na pobreza, e em terceiro Alagoas, com 56,2%. Dados que bem revelam a falta de investimentos em políticas públicas de melhoria de renda, de moradia, de inclusão social.

Os municípios com maiores índices de pobreza são Novo Aripuanã, com um indicador de 75,45 e Itapiranga, com 72,30. A cidade de Manaus apresenta um índice 40,98% da população abaixo dessa linha. A região de maior incidência é encontrada nas comunidades de Nova Vitória, Grande Vitória e nos bairros Cidade de Deus e partes do Jorge Teixeira e Tarumã, na capital. Manaus foi o município com o maior PIB per capita entre os 62 municípios do Estado, com R\$ 38.881, em 2019, e crescimento de 6,73% em comparação com 2018 que foi R\$ 36.429. Enquanto o crescimento desordenado, no que se refere à população e estrutura urbana, gerou

consequências como a violência e a degradação ambiental. Além disso, o município de Manaus apresenta um grande índice de desigualdade social e criminalidade entre a sua população.

3. Uma Cidade produto de um modelo artificial de desenvolvimento e de exclusão social

A Cidade que temos hoje, é produto de um modelo de desenvolvimento artificial: A Zona Franca de Manaus. Criada na década de 1960 pelo Decreto Lei 288/67, para desenvolver a Amazônia Ocidental, a ZFM é hoje um modelo em processo de falência. Passados cinco décadas, ela não atingiu o objetivo ao qual se propôs: Potencializar o progresso econômico e social da Região, promover o desenvolvimento equitativo do Estado, diminuir as desigualdades econômicas e sociais entre a Capital e o Interior, fixar as populações no interior do Estado e estabelecer um processo de ocupação dos vazios demográficos da Região, de modo a garantir maior eficácia na implementação do projeto de “Segurança Nacional” perseguido pelo Governo militar que se instalou no Brasil em 1964.

Depois de mais de 50 anos de existência, o saldo mais evidente foi justamente o contrário: O aumento das desigualdades sociais, econômicas e ambientais entre a Capital e o Interior do Estado. O efeito mais latente ocorreu na transformação urbana de Manaus, resultante do maior processo de mutações demográficas já visto no País. A capital Amazonense, no período de vigência da Zona Franca, saltou de uma população aproximada de 250 mil habitantes em 1968, para 2.219.580 habitantes (prévia Censo IBGE-2022). Assim, Manaus intumescceu, enquanto o interior esvaziou-se, com alguns municípios do Amazonas e do Pará estagnando (ou até diminuindo) suas populações. Hoje, somente para se ter uma ideia, a Capital amazonense abriga uma colônia de mais de 400 mil paraenses oriundos do interior do Estado vizinho.

Esse contingente populacional, atraído pela oferta de emprego do Parque Industrial de Manaus (PIM) e expulsa dos seus locais de origem pelas condições econômicas e sociais precárias, acabou engrossando os bolsões de favelas e submoradias que se instalaram na periferia de Manaus, provocando o surgimento, neste período da vigência de Zona Franca, de mais de 40 bairros desprovidos de saneamento, escolas, postos de saúde e asfalto.

De par com essa realidade as famílias, cujos membros não lograram níveis de formação qualificada, acabaram sendo empurrados para o exercício da economia

informal, para a degeneração social, para a delinquência e prostituição. Ou seja, Manaus cresceu de forma desordenada e desigual, configurando uma feição urbana das mais contraditórias. Desse modo, vimos surgir duas Manaus dentro de uma única Cidade. Esse processo gerou uma explosão do “boom imobiliário” em Manaus o qual, em um fluxo temporal sem precedentes, impôs à Cidade um crescente número de “espigões” que hoje configuram os chamados “bairros nobres” como Adrianópolis, Vieiralves, Ponta Negra, Morada do Sol, entre outros. Esses bairros e edifícios surgiram numa velocidade extremamente rápida e, por falta de uma legislação urbana adequada, acabaram por receber o “habite-se” para ocupação, sem reunir as mínimas condições infraestruturais de estação de tratamento de esgoto (ETE), com os seus dejetos sendo lançados nos igarapés, causando um grande problema de natureza ambiental.

Assim, os balneários que, na década de 50, serviam de entretenimento e lazer à população manauara, transformaram-se em verdadeiros córregos de águas infectas, agravando os problemas de saúde da população. Casos bastantes sugestivos são o balneário do Parque 10, do Mindú, do Tarumã, da Ponta Negra, da Ponte da Bolívia, do Quarenta e outros mais.

Além desse problema de natureza ambiental, observa-se outro de igual gravidade: O lixo urbano produzido em Manaus, em grande parte, é lançado a toneladas nos igarapés que cortam a Cidade, como no caso do Igarapé do Passarinho, do São Jorge, da Compensa, de São Vicente, etc. Esta situação é agravada em razão da inexistência de uma política pública adequada para a coleta do lixo: Falta coletores nas ruas, falta orientação correta para a destinação dos resíduos e falta uma política educativa para orientar a população, cujo hábito trazido de suas origens interioranas é de “jogar o lixo no mato” ou no rio. Vale salientar que o lixo produzido na Zona Rural na década de 60 e jogado no “mato” ou no rio era basicamente de composição orgânica (restos de comida, cascas de frutas, etc) de fácil consumo pelos peixes, porcos e galinhas. Hoje, verifica-se que as pessoas que migraram para Manaus continuam com o mesmo hábito de jogar o lixo no “mato”, com a diferença que o mato foi substituído pelo asfalto e que o lixo urbano é essencialmente inorgânico (latas, garrafas, plásticos, metais, etc.). Assim, a Cidade cresceu, mas os hábitos se mantiveram. O mais grave é que Manaus se recente da ausência de uma política de coleta seletiva e reciclagem dos seus resíduos, perdendo milhões de reais a cada ano, aterrando ou jogando nos igarapés o lixo que produz, ao invés de reciclá-lo.

4-Natureza da produção do PIM

A partir da implantação do Distrito Industrial de Manaus, a economia do Amazonas passou a priorizar a produção industrial em detrimento das atividades extrativistas praticadas secularmente no Estado. A princípio, são instalados os polos de duas rodas (motocicletas e bicicletas), ótico e eletroeletrônico. Todas as fábricas integrantes desses polos tiveram a configuração de indústrias de montagem. Isto significa que a produção de bens do D.I. praticamente não agregou nenhuma matéria prima regional, submetendo a economia do Estado à Nova Divisão Internacional do Trabalho, limitando-se à condição de mero produtor de bens finais, ou seja, indústrias de montagem.

Mas o que é o Polo Industrial de Manaus? No site oficial da SUFRAMA encontramos a seguinte introdução:

“Situado em área estratégica, no coração das Américas e da Amazônia, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é um dos mais modernos centros industriais e tecnológicos em toda a América Latina, reunindo atualmente mais de 500 indústrias de ponta nos segmentos Eletroeletrônico, Duas Rodas, Naval, Mecânico, Metalúrgico e Termoplástico, entre outros, que geram cerca de meio milhão de empregos diretos e indiretos.

Os indicadores de faturamento e produção do parque incentivado de Manaus são crescentes a cada ano, com faturamento anual superior a R\$ 120 bilhões e geração de mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos. A produção do PIM é direcionada majoritariamente para o mercado brasileiro, mas há uma pequena parcela (cerca de 5% anualmente) que é exportada para mercados da América Latina, Europa e Estados Unidos”.

Todavia, do ponto de vista geopolítico, a feição assumida pela produção do PIM, pela condição de dependência de insumos oriundos das matrizes, colocou a economia do Amazonas em situação vulnerável e sujeita à flutuação de crises conjunturais do capitalismo internacional ou da instabilidade de movimentos sindicais nos países produtores de matéria prima. Nesse sentido, uma ocasional greve de trabalhadores na fábrica da Moto Honda no Japão, comprometerá a produção de motocicletas no Distrito Industrial e forçará uma paralisação extra sindical na montadora amazonense, por falta de insumos.

Em consequência, uma eventual crise internacional do capitalismo poderá gerar efeitos catastróficos sobre a economia do Amazonas. Com uma simples “teclada” no computador, investidores estrangeiros poderão transferir o capital de suas empresas para os seus países de origem, quebrando a economia do Amazonas e produzindo uma catástrofe social superior a ocorrida no final do século XIX e início do século XX, com o declínio da produção da borracha. Com a fuga de investimentos de capitais da Zona Franca de Manaus, só nos restará os galpões vazios, o desemprego em massa e, conseqüentemente, o aumento da miséria, da fome, da prostituição e da criminalidade.

Diante do exposto, fica evidenciado que o modelo econômico do PIM é pífio e não se sustenta em razão do seu caráter mono produtivo industrial de montagem que, em virtude da sua própria natureza, não constitui modelo agregador de matéria prima regional. A saída para se evitar o caos econômico no Estado impõe a diversificação da produção de bens que leve em conta o potencial da biodiversidade Amazônica. Para tanto, urge a necessidade de se estabelecer um planejamento global da economia do Estado, a partir de um estudo rigoroso do seu potencial natural, de modo a se identificar e se priorizar o uso de matéria prima disponível na sua rica biodiversidade.

A identificação e catalogação desses recursos naturais, no entanto, não pode prescindir da parceria com a Universidade Federal do Amazonas e outras instituições de pesquisa da Região, as quais deverão priorizar a temática Amazônica, de modo a resolver os problemas concretos que têm entravado o desenvolvimento do Estado.

Nesse contexto, o PSOL entende que qualquer proposta para o desenvolvimento econômico e socioambiental do Amazonas numa perspectiva transformadora, deverá ser precedida de um estudo prévio da realidade de cada um dos seus 62 municípios, de modo a oferecer elementos para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico global do Estado. Este estudo deverá ser conduzido a partir de uma pesquisa de campo elaborada com base na taxionomia usada pela ONU para a identificação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's) das cidades de todo o Mundo. Os dados obtidos por essa pesquisa deverão ser cruzados com estudos do IBGE referentes às condições de vida das populações dos municípios amazonenses, sobretudo no que se refere a distribuição de renda, nível educacional, situação ocupacional, mortalidade infantil, natalidade, saúde, saneamento básico e condições de moradia. De par com esses estudos, se propõe a elaboração de um diagnóstico do potencial dos recursos naturais de cada município, com o intuito de se construir um mapa atualizado da exclusão social no Estado do Amazonas. A partir da

conclusão do diagnóstico proposto, se sugere a composição de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Autossustentável, cuja sigla, PEDRAS, passa a incorporar um sentido semântico de construção de novos cenários sociais e econômicos no Estado. Esse trabalho foi iniciado pela Universidade Federal do Amazonas, com resultados bastante surpreendentes no âmbito do potencial da piscicultura e da agricultura de várzea, pois, por ser um dos ramos da aquicultura, que se preocupa com o cultivo de peixes, bem como de outros organismos aquáticos, se adequa a um estado voltado para o meio ambiente. O crescimento rapidamente setor nos últimos anos, se transforma numa indústria viável ecologicamente e que movimenta milhões em recursos no país, também melhora a qualidade de vida da população e de riqueza do estado, oferecendo um produto de qualidade e com preços mais acessíveis para a população; também é viável a exploração sustentável da biodiversidade animal e vegetal, entre eles podemos destacar os óleos essenciais, também conhecidos como óleos voláteis ou óleos etéreos ou essências, são compostos presentes em diversos órgãos das plantas e podem ser obtidos através da destilação por arraste com vapor d'água ou da compressão de pericarpos de frutos cítricos; a produção de cosméticos com matéria prima regional.

Nessa esteira o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) tem tentado viabilizar a criação de um novo polo industrial no estado do Amazonas. A ideia é juntar, em uma estrutura similar à da Zona Franca de Manaus, empresas que agreguem valor a produtos que têm, como matéria-prima, a biodiversidade da região, assim como a Universidade Federal do Amazonas e o INPA tem realizado estudos e pesquisas nesse sentido, no caso específico da UFAM, há um incentivo à pesquisa e desenvolvimento de remédios a partir de plantas e ervas da região. Porém, falta vontade política por parte do governo do estado e competência para dinamizar o processo de exploração racional da natureza e suas potencialidades para benefício do cidadão do Amazonas.

Desse modo, o PSOL propõe um modelo alternativo de desenvolvimento do Estado, baseado numa economia agrícola de Várzea, na Piscicultura e na Engenharia de Alimentos agroindustriais, com o intuito de diversificar a produção do Estado e tirar a economia local da situação de vulnerabilidade em que se encontra, em decorrência do sistema mono produtivo do Distrito Industrial. Para isso, faz-se necessário um estudo aprofundado dos recursos de cada município, de modo a se estabelecer um planejamento econômico global capaz de reverter a situação de desigualdade hoje

existente entre a capital e o interior. Esta situação de desequilíbrio da economia e da distribuição de recursos revela que a solução para os problemas enfrentados, hoje, em Manaus, só poderá ocorrer nos marcos de uma política de desenvolvimento do interior.

No que pese a crítica estabelecida ao modelo da Zona Franca de Manaus, não se pode deixar de ressaltar que, no contexto em que ela foi criada, ocorreram avanços para a Cidade, concernentes ao surgimento e modernização da sua infraestrutura urbana, instalação e manutenção de centros comunitários (igrejas, escolas, centros sociais, parques, hospitais, etc.) propiciada pela arrecadação tributária. O exemplo mais significativo foi a instalação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cujo financiamento emergiu da receita acumulada pelo Parque Industrial de Manaus.

Diante de todo o exposto, o que se defende não é a destruição da Zona Franca de Manaus, mas a transformação do modelo econômico de monocultura prevalecente, cuja fragilidade já destacada, impõe uma insegurança em vários aspectos (jurídico, financeiro e social), não apenas para a comunidade local, mas para os que para cá vieram, para as empresas que projetam investir e aqui se instalar.

De um lado se vislumbra que a diversificação da economia do Estado promoverá uma melhor distribuição de renda além de reduzir a dependência relativa ao PIM, tornando-a mais robusta e menos vulnerável às alternâncias de humores que ocorrem nesse cenário. A volatilidade dos investimentos na economia evidenciada pela falta de compromisso com o seu setor primário, no que tange ser de fato “indústria de transformação” que agrega valor ao produto, com investimentos que reduzam a instabilidade.

Os benefícios/incentivos canalizados para as indústrias que se instalam no PIM poderiam ser revestidos de exigências de contrapartidas no sentido da assunção de compromissos de fortalecer o vínculo empresa-comunidade, priorizando o desenvolvimento dos potenciais locais para a promoção do seu desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se oportuno que, a exemplo do que ocorreu em relação ao repasse dos percentuais de lucro para o financiamento da UEA, a Assembleia Legislativa Estadual do Amazonas aprove também projetos de Lei destinando percentuais dos lucros das empresas do PIM para financiar a construção e manutenção de unidades de micros distritos de cooperativas no interior evitando, dessa forma, a continuidade crescente do êxodo rural no Estado e promovendo o equilíbrio na distribuição da sua população.

5- Os ricos moram em mansões, os pobres em palafitas: A alternativa é a construção de Condomínios Populares Autossustentáveis.

O déficit habitacional é um dos problemas mais crônicos que martirizam as populações de baixa renda em Manaus. Para um contingente populacional de mais de 2 milhões de habitantes existe uma elite econômica vivendo em verdadeiras mansões e um número expressivo de pessoas morando embaixo de viadutos ou em palafitas, cujas dependências não oferecem as mínimas condições de saneamento e de segurança. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Manaus possui déficit habitacional de 105.587 mil moradias e 43 mil são imóveis que estão fechados e desocupados. O déficit habitacional no Estado do Amazonas é de 193.910 sendo na área urbana 153.120 e rural de 40.790 unidades habitacionais.

Outra questão é a grande quantidade de imóveis desocupados na capital do Amazonas ainda segundo o IBGE, além das 105.587 moradias que representam o déficit habitacional da cidade, 43 mil são imóveis que estão fechados e desocupados, um contraste absurdo com a vida precária do povo da cidade. Para construirmos a **Cidade que queremos**, uma eventual administração do PSOL deverá efetivar a construção de condomínios populares autossustentáveis, em sistema de mutirões,, com casas de dois pavimentos (sendo o térreo, destinado a instalação de oficinas profissionais autônomas e o andar superior reservado para moradia dos condôminos), permitindo que os moradores laborem no próprio local onde vivem e, dessa forma, economizem tempo e evitem gastos com transportes para deslocamento até o trabalho.

Esses condomínios populares obedecerão a prática da coleta seletiva do lixo, através da separação dos resíduos na origem, e depois depositados em lixeiras subterrâneas, facilitando o trabalho de triagem e a separação do material orgânico para a compostagem. A coleta do lixo inorgânico será realizada pela Associação de Coletores de Resíduos Inorgânicos (ACRI), ficará responsável pela coleta, triagem e comercialização do lixo inorgânico.

Com relação ao lixo molhado, o condomínio terá uma usina para produção de adubo orgânico, no seu próprio espaço, destinado a fomentar a produção de alimentos saudáveis em horta coletiva. Igualmente, se propõe a construção de um depósito para funcionamento de um Projeto de Logística Reversa, de modo a destinar corretamente os resíduos inorgânicos e criar uma alternativa a mais para a geração de renda para os moradores.

Em parceria com empresas de supermercados, se implantará o Projeto “plástico Zero”, com a utilização de sacolas biodegradáveis reutilizáveis na coleta doméstica e separação do lixo. Complementando essa infraestrutura, se viabilizará a construção de um crematório para incineração do lixo contaminado, a ser agregado à fabricação de tijolos de argila;

No que se refere à política de geração de emprego e renda, se propõe a instalação de uma Horta Comunitária em sistema de Cooperativa, visando a produção de legumes, hortaliças orgânicas e plantas medicinais destinadas à fabricação de medicamentos fitoterápicos para abastecer a farmácia popular do Condomínio.

Na esteira de ações de geração de renda, se sugere também a Instalação de uma Cooperativa de Criadores de Galinha Caipira e Produção de Ovos em regime de mutirão, com aproveitamento da casca para a produção de medicamento em forma de Cálcio natural.

Em prosseguimento a essas ações de preservação ambiental e geração de emprego e renda, vislumbra-se a implantação de uma fábrica de Sabão com aproveitamento do óleo de cozinha utilizado pelos moradores do Residencial e distribuição de postos de coleta.

Ainda no plano do cuidado com o meio ambiente, se estabelecerá um Programa de arborização das ruas do condomínio, de modo a promover a melhoria do clima e garantir uma vida mais saudável para os moradores.

No que se refere a melhoria dos IDHs dos moradores do condomínio, é imprescindível a construção de um Posto de Saúde para acompanhamento permanente das Famílias de moradores, com ênfase na prevenção ambiental, na medicina preventiva e nos medicamentos fitoterápicos, além de ações curativas, de acompanhamento a gestantes (pré-natal), e controle da hipertensão arterial sistêmica (HAS), diagnóstico e controle de diabetes *mellitus*, controle da obesidade e avaliação nutricional, etc.

No plano da Educação e conforme demanda, se projeta a instalação de uma creche, e de uma unidade de Ensino Fundamental nas dependências do Condomínio, com inclusão na Grade Curricular das disciplinas Educação Ambiental, Segurança Alimentar, Criatividade e Inovação, e Práticas Agrícolas. Conforme a demanda, também se propõe a criação de um núcleo de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos nas dependências do Condomínio.

6-O dilema do transporte em Manaus: Os ricos andam em carros de luxo, os pobres em ônibus caindo aos pedaços. A saída é o metrô de superfície e o transporte fluvial urbano de massa.

De igual modo que a falta de moradia, o transporte coletivo precário é, também, um dilema que aflige os setores mais pobres da população de Manaus.

Hoje, com uma população de mais de 2 milhões de habitante, Manaus é uma Cidade que conta com 1.149 ônibus, segundo o DETRAN. Essa frota que é relativamente grande, não atende a contento a população pobre manauara: Os ônibus em sua maioria são velhos e não trafegam com regularidade, deixando os usuários na mão. A prefeitura criou um aplicativo para orientar a posição de saída e chegada dos ônibus nas paradas, mas esse aplicativo não cumpre com o que é registrado e quase sempre atrasa, deixando a população aflita, sobretudo aquelas pessoas que tem horário para entrar no trabalho.

Da mesma forma, os estudantes que dependem de ônibus, acabam chegando atrasados nas universidades, tendo prejuízo em suas cargas horárias de estudo. Além do mais, os coletivos que fazem rota para o Campus da UFAM, pro exemplo, em geral sofrem atrasos em seus horário e são de péssima qualidade, causando dores de cabeça em razão da forte trepidação gerada pelos buracos que infestam as vias da Cidade. Assim torna-se um dilema sem precedentes. Por outro lado, as pessoas com melhor poder aquisitivo acabam comprando automóveis financiado para não terem que se submeter a esses transtornos.

Em razão dessa demanda, hoje, Manaus, em termos proporcionais, em uma das cidades brasileiras com maior número de carros particulares circulando nas ruas. Segundo dados do IBGE, diariamente circulam em Manaus cerca de 600 mil carros por dia. Esse fluxo acaba por eleger Manaus uma das cidades do País com maiores problemas de congestionamento, em razão também da precariedade e do pequeno número de vias na área urbana.

Diante desse problema, a solução seria a construção do metrô de superfície integrado a um sistema de transporte fluvial urbano, que desafogaria a circulação de carros particulares, oferecendo uma alternativa de transporte de massa, a exemplo do que ocorre na Europa, em cidades com população bem menor que a capital amazonense, como é o caso do Porto e de Lisboa, cujas populações são bem menores.

A proposta é construir duas linhas de metrô, uma no sentido horário, e outra no sentido anti-horário, interligando a região Centro Sul com as regiões Norte, Leste e Oeste, com retornos pela avenida das torres, onde os trilhos e os dormentes seriam construídos na via central que separa as duas pistas. Essa medida teria um custo mais barato em razão de não ser necessário se gastar com indenização de terrenos de terceiros, já que a área é pública. A área do bairro do bairro Coroado é uma das poucas que importaria em indenização dos proprietários. A linha do metrô, então, teria seguimento por dentro do Campus Universitário da UFAM, onde seria construída uma estação para desembarque e embarque de estudantes oriundos dos bairros periféricos da Zona Norte e da Zona Leste.

Do Bairro do Japiim, a linha do metrô teria continuidade até o bairro Mauzinho e CEASA, onde teria a integração com o sistema de barcos à jato com percurso pela orla do rio Negro até a Ponta Negra, passando pela Colônia Oliveira Machado, Educandos, Centro, Aparecida, Gloria, São Raimundo, Compensa, Santo Agostinho e Ponta Negra, fazendo integração com o metrô. Nesse trajeto, os moradores desses bairros e que trabalham no distrito Industrial, economizariam tempo para desloca-se dos seus locais de trabalho até suas moradias, numa viagem agradável e não estressante. Essa alternativa ajudaria a descongestionar o trânsito na zona sul e centro sul e reduziria o tempo de viagem desses usuários.

O sistema de transporte fluvial urbano teria início da Estação do Puraquequara e se estenderia até a Ponta Negra, em conexão com a estação aeroporto do metrô, dando acesso ao terminal aéreo e barateando a passagem daqueles que precisam viajar para outras cidades do País. Esse projeto está consolidado na tese de doutorado do Professor Castro, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

Segundo estudo apresentado pelo governo do estado de São Paulo publicado na página <https://www.metro.sp.gov.br/>, da administradora do Metrô Paulistano: “As construções em superfície, tradicionalmente utilizadas pelas ferrovias no transporte de passageiros e de cargas, são indicadas para regiões de baixa ocupação, vazios urbanos, faixas previamente garantidas por legislação ou canteiros centrais de avenidas com larguras adequadas. À exceção desses exemplos, as estruturas em superfície pressupõem um grande volume de desapropriações, principalmente junto às estações, o que eleva consideravelmente o custo final. Além disso, por razões de segurança, acaba sendo necessária a construção de muros altos

em toda a extensão da linha, formando um bloqueio contínuo só transposto por pessoas através das estações, passarelas ou viadutos. Essa falta de permeabilidade do meio urbano isola as áreas circunvizinhas e impede o seu desenvolvimento adequado, como se observa ao longo de ferrovias construídas em áreas urbanizadas”. Sobre a implantação do projeto o estudo destaca que “durante a implantação e operação do empreendimento podem ser identificados ainda impactos como perturbações no sistema viário, poluição do ar, propagação de ruídos e vibrações, interferência com as redes de serviços públicos e até prejuízos nas atividades socioeconômicas. Quanto ao grau de dificuldade de execução da obra, ele depende do traçado escolhido e das características topográficas, geológicas e geotécnicas ali encontradas”.

Metrô Elevado

Outra solução que poderá ser o Metrô Elevado, segundo o site pesquisado “assim como nas estruturas de superfície, a construção de elevados causa grande impacto à paisagem urbana, principalmente na de regiões com alto grau de adensamento. Para que as interferências no contexto urbano sejam minimizadas, é fundamental aplicar tecnologia de ponta com relação: Método construtivo, encurtando os prazos de execução; material rodante, permitindo a fabricação de trens mais silenciosos com carros menores mais leves; tratamento de via permanente, prevenindo a propagação de ruídos e vibrações. Quando o traçado da linha de metrô elevado utiliza faixas desocupadas ou avenidas com largura superior a 40 metros, os resultados obtidos são melhores, por ser guardada uma distância razoável das fachadas de edifícios, minimizando assim o desconforto da propagação de ruídos. Nas vias elevadas, as maiores dificuldades decorrem das condições topográficas. O material rodante utilizado, atualmente operando com rampas máximas de 4% e raios de curvas limitados, não permite que a estrutura se adapte a topografias muito acidentadas, o que, em muitos casos, inviabiliza essa alternativa”.

Veículo Leve sobre Trilhos – VLT

Outra solução que poderá ser aplicada à cidade Manaus acerca do problema dos transportes coletivos é **veículo leve sobre trilhos** que consiste em um sistema de transporte que opera numa plataforma segregada do resto do fluxo, com vias reservadas, direito de passagem prioritária nos pontos de interseção e, em alguns casos, túneis no centro da cidade. Tem uma capacidade média de transporte à escala regional e metropolitana, conhecido como trem leve, ele permite a conexão

entre zonas pedonais em núcleos urbanos e zonas rurais, criando para além disso novas potencialidades de desenvolvimento urbano, o que se encaixa bem na capital do Amazonas em virtude suas longínquas periferias. Segundo a União Internacional do Transporte Público, o conceito de trem ligeiro engloba um amplo espectro de serviços ferroviários, por essa versatilidade é possível adequar um modelo específico para cada tipo de cidade.

7-Por um PSOL regional organizado

Para implementar essa política de desenvolvimento na Capital e no Estado, é preciso que o PSOL participando das próximas eleições de forma organizada e profissional, estabelecendo alianças amplas nos marcos dos princípios da independência de classe. Essa condição só será possível numa arena em que o PSOL se apresente como instituição forte e organizada, com propostas programáticas que priorizem ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos setores mais pobres dessas populações.

A construção de um programa progressista, com perfil de esquerda, exige um amplo debate ao interior do Partido, precedido de cursos de formação teórica da militância e de uma intensa campanha de filiação no âmbito dos bairros e das universidades, o que garantiria um diferencial qualitativo e quantitativo dos seus agremiados. Para isso, urge a criação de uma Escola de Formação Política, com o estabelecimento uma proposta de agenda com temas a serem discutidos nos bairros e nas instituições de ensino. Esses temas devem priorizar o debate sobre: Programa e Estatuto do PSOL, Socialismo, Democracia, Capitalismo e Imperialismo, Tipos de Estado e Formas de Governo, Análise de Conjuntura, Conceitos elementares do Materialismo Histórico e Dialético, Administração Pública e Marketing Político, entre outros.

O fortalecimento do PSOL no Amazonas também passa pela organização de um Plano de Finanças, com recolhimento de contribuição mensal dos militantes e fundo de campanha, depositadas em conta bancária e publicação trimestral dos balancetes financeiros. Organizadas as finanças, o Partido deverá obter, sob empréstimo ou aluguel, uma sede para encontros da militância, com mobiliário e aparelho de data show, de modo a viabilizar as reuniões e os cursos de formação política da militância. Essas medidas são necessárias para se conseguir uma estrutura mínima capaz de alavancar o Partido no Amazonas e dar visibilidade ao PSOL no Estado.

8- Um PSOL do tamanho do Amazonas

Durante décadas a representatividade política do Amazonas é voltada para os interesses emergenciais, especificamente, ligada aos interesses da Zona Franca de Manaus. A elite política da borracha deu lugar à industrial, correndo da sala para cozinha na defesa do modelo econômico, relegando para um segundo plano uma plataforma de desenvolvimento voltada para as características da região que, sobretudo, amparasse a natureza econômica e de seus indivíduos, o que deu origem à esquerda de porta de fábrica e às lideranças que desciam do aeroporto direto para o parlamento, sem nenhum conhecimento do que, de fato, é a região, suas potencialidades e seus indivíduos.

Sob esse aspecto, o Amazonas interesses era representado pela elite industrial sulista ou por políticos forjados no discurso da defesa do desenvolvimento industrial como modelo único de sobrevivência do estado e de seu povo. O oportunismo econômico e igualmente político batia à porta dos amazonenses e dos manauaras, deixando um legado de crescimento sem desenvolvimento. A realidade da capital é a prova do furacão que se abateu sobre essa terra, esticando a malha urbana com uma centena de favelas, precárias condições de vida, com uma saúde precária, educação de baixa qualidade, sem saneamento básico e com um transporte público que não atende ao conglomerado urbano que se formou em plena selva, um paraíso dilapidado pelo colonizador.

É preciso devolver a dignidade às camadas populares em Manaus e vida digna ao home do interior. O Amazonas sem o olhar de seu povo nos projetos e nas decisões que impactam o estado. É preciso melhorar a representatividade política, furar a bolha que exclui caboclos e indígenas do centro das discussões políticas, das cadeiras do parlamento, da gestão dos recursos públicos. O PSOL que se forma de agora em diante é capaz de estar no centro do embate político, nas Câmaras, na Assembleia Legislativa e no Executivo. Chega de ser oprimido em seu próprio berço, o cidadão do Amazonas vai protagonizar a cena política do seu estado, a urbe a hinterlândia se levantam é hora de agir, é hora de decidir. A nacional e local apontam o caminho, “Por um PSOL Popular”, esse é o desafio, estamos preparados!

9-A reorganização partidária

A reorganização do PSOL NO Amazonas passa por uma reflexão sobre o espaço geográfico onde o partido precisa ser consolidado.

Atualmente o PSOL no Amazonas, está organizado em três municípios, Itacoatiara, Manaus e Tefé, possui um núcleo de base em Manaus e uma Setorial Ecosocialista que ainda está se instalando. Essa organização é insuficiente para um real enfrentamento da oligarquia que controla há séculos a política local sem ser incomodada,

O PSOL para efetivar um projeto de reconstrução do Amazonas, precisa chegar em todos os sessenta e dois municípios, profissionalizar a sua administração, qualificar politicamente suas direções e militância, espalhar núcleos de base nos bairros periféricos das cidades, nas comunidades, nas estradas e beiradões dos rios. Essa é a principal tarefa que o partido precisa implementar para acolher o povo da periferia nos seus espaços de decisões,

As Setoriais, deve ser o espaço de organização das categorias de trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+, ambientalistas, juventude, cultura, segurança pública, direitos humanos e de militantes de outros movimentos sócias.

Essa estrutura de base será, o espaço de debate e construção de políticas pública que o PSOL institucionalmente vai apresenta para o povo amazonense. Portanto, é imprescindível que partido organize a sua sede para ser o referencial físico para os atuais e futuros filiados/filiadas.

A formação política da militância deve ser a prioridade das prioridades do PSOL Amazonas. Capacitar a nossa militância para dialogar sobre os reais problemas da população do estado, compartilhar informações sobre a realidade de cada município, é fundamental para a construção do projeto político do PSOL Amazonas para os próximos períodos.

Assim, defendemos que o PSOL estadual, através da sua secretaria de formação política, crie a escola política do partido, com foco na educação política e na produção cultural com a finalidade de envolver a juventude em um grande projeto de transformação política no Amazonas.

10- A nova direção estadual

Para construir um PSOL do tamanho do Amazonas, é importante que a nova direção, além de respeitar a paridade de gênero, inclua na sua formação, paritariamente, filiados da capital e do município, contemplando as regiões geográficas do estado.

Historicamente, as direções estaduais do PSOL Amazonas, são compostas majoritariamente por filiados da capital Manaus. Essa formação tem se mostrada ineficaz para a organização do partido e o envolvimento da militância na política partidária.

O Conselho Fiscal por ser um organismo de controle da gestão financeira do partido, devido a dificuldade de deslocamento entre os municípios mais distante de Manaus, sua composição, deve ser por filiados e filiações residentes na região metropolitana.